



PLENÁRIO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: 26/06/2026 a 10/07/2026

Local: Sistema Plenário Virtual

Procedimentos Extrajudiciais a serem julgados: 66

PAUTA

Homologações de Procedimentos Extrajudiciais

CONSELHEIRO DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

1. SIMP 000165-073/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CASTELO BRANCO EMPREENDIMENTOS EIRELI, MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES/MA

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. MUNICÍPIO DE MATÕES/MA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EXARADA PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. EXAME DOS NÚCLEOS FÁTICOS: PUBLICIDADE SUBSTANCIAL PRESERVADA, AMPLA COMPETITIVIDADE E AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO PATRIMONIAL NEGATIVA. INTEGRALIDADE FÍSICA E EXECUÇÃO EFETIVA DO OBJETO CERTIFICADAS EM VISTORIA IN LOCO E PARECERES TÉCNICOS. JULGAMENTO PRÉVIO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO (TCE/MA). IMPUTAÇÃO EXCLUSIVA DE INFRAÇÕES FORMAIS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA ATIVA, JÁ SANCIONADAS COM MULTA PELA CORTE DE CONTAS. FALHAS ESTRUTURAIS DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL QUE JÁ CONFIGURAM OBJETO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO. PRINCÍPIO DA RACIONALIDADE INSTITUCIONAL E EVITAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA OU MULTIPLICIDADE DE DEMANDAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO, ENRIQUECIMENTO ILÍCITO OU DE DOLO ESPECÍFICO (ART. 1º, § 2º E ART. 11, § 1º DA LEI Nº 8.429/1992, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.230/2021). CARÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A JUDICIALIZAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 4º DA RESOLUÇÃO Nº 80/2019-CPMP/MA. VOTO FAVORÁVEL.





2. SIMP 000780-509/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Ouvidoria do Ministério Público MA (noticiante sigiloso)

Requerido(s): Município de São José de Ribamar

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO. INFRAESTRUTURA URBANA. RUA 04, BAIRRO RECANTO DO TURU, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA. EROSÃO, INTRAFEGABILIDADE E DESTINAÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO VIA PROGRAMA "MAIS ASFALTO". DRENAGEM SUPERFICIAL E PAVIMENTAÇÃO CONCLUÍDAS. EXAURIMENTO DO OBJETO GEOGRAFICAMENTE DELIMITADO. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE AGIR. SATISFAÇÃO DA PRETENSÃO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

3. SIMP 001247-283/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA - SINTEB

Requerido(s): MUNICÍPIO DE BURITICUPU/MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO À EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE BURITICUPU/MA. DENÚNCIAS DE INTIMIDAÇÃO DE DOCENTES, IRREGULARIDADES EM PRESTAÇÕES DE CONTAS DO FUNDEB, DISCREPÂNCIAS EM FOLHAS DE PAGAMENTO, DESVIO DE FUNÇÃO E CARÊNCIAS INFRAESTRUTURAIS EM ESCOLAS DA ZONA RURAL. LONGA E MINUCIOSA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. EXPEDIÇÃO E CULMINAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES ADMINISTRATIVAS. REALIZAÇÃO DE AUDITÓRIAS TÉCNICAS E VISTÓRIAS IN LOCO. COMPROVAÇÃO DE CORREÇÃO DAS FALHAS E REESTRUTURAÇÃO PREVENTIVA DA REDE ESCOLAR. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO QUANTUM SATIS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ATUAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

4. SIMP 002086-509/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): À APURAR

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO E CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. TRÍPLICE FUNDAMENTAÇÃO: OBSOLESCÊNCIA FÁTICA, DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E EXIGÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO (LEI Nº 14.230/2021). GRAVE PRECARIEDADE ESTRUTURAL DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA LOCAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DESTA CORTE. RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





5. SIMP 003705-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS. GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR E POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. COMPROVAÇÃO DE EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM AMBOS OS VÍNCULOS. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. REGULARIZAÇÃO VOLUNTÁRIA APÓS NOTIFICAÇÃO MINISTERIAL. OPÇÃO PELA EXONERAÇÃO DO CARGO NA GUARDA MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO (ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92). CARACTERIZAÇÃO DE MERA IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA SANADA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

6. SIMP 003725-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: ADMINISTRATIVO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS. SUPOSTO ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS E INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. DENÚNCIA ANÔNIMA. PROFESSOR CONTRATADO NO ÂMBITO ESTADUAL (SEDUC/MA - IEMA GONÇALVES DIAS) E PROFESSOR CONCURSADO NO ÂMBITO MUNICIPAL (SANTA RITA/MA). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. DILIGÊNCIAS INSTRUÍDAS COM ESCLARECIMENTOS DOS ENTES PÚBLICOS E DO INVESTIGADO. ERRO MATERIAL EM FORMULÁRIO INTERNO RETIFICADO POR PROVAS SISTÊMICAS. JORNADA TOTAL REAL DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS (20H EM CADA VÍNCULO). TURNOS DISTINTOS (DIURNO E NOTURNO). COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS E TEMPO DE DESLOCAMENTO PLENAMENTE VIÁVEIS. AUSÊNCIA DE TETO DE CARGA HORÁRIA SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INEXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE E DE DOLO ESPECÍFICO (LEI Nº 14.230/2021). FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP/MA. VOTO FAVORÁVEL.

7. SIMP 005148-252/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO E OUTRO

Requerido(s): A APURAR

Ementa: AMBIENTAL. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. SUPOSTO DESMATAMENTO IRREGULAR E EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA NO POVOADO MOCAMBINHO, COMARCA DE TIMON/MA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SEMMA). COMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUÇÃO MEDIANTE ANÁLISE DOS AUTOS DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CONCORRENTE. CONSTATAÇÃO JUDICIAL E PERICIAL DE SUPRESSÃO VEGETAL MÍNIMA EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE SUBSISTÊNCIA (CULTIVO DE ROÇA E CONSTRUÇÃO DE MORADIAS FAMILIARES). AUSÊNCIA DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA OU DANO AMBIENTAL RELEVANTE. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO MÍNIMA, RAZOABILIDADE E EFICIÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO PARA A DEFLAGRAÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO QUE SE IMPÕE. ART. 10 DA RESOLUÇÃO





Nº 23/2007 DO CNMP. VOTO FAVORÁVEL.

8. SIMP 027302-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED)

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO EM UNIDADE ESCOLAR. UEB PROFESSOR JOSÉ DA SILVA ROSA. AUSÊNCIA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO EM QUANTIDADE ADEQUADA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED). COMPROVAÇÃO DA INSTALAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA. SATISFAÇÃO INTEGRAL DA PRETENSÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RESOLUTIVIDADE ATIVA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

CONSELHEIRO EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

1. SIMP 000251-509/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 251-509/2019. PRECARIEDADE DA INFRAESTRUTURA URBANA DO BAIRRO PARQUE SÃO JOSÉ/PARQUE VITÓRIA, EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA. NOTÍCIA DE FATO CONVERTIDA EM PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO E, POSTERIORMENTE, EM INQUÉRITO CIVIL. DILIGÊNCIAS INSTRUTÓRIAS SUCESSIVAS. ELEMENTOS INFORMATIVOS QUE REVELAM IDENTIDADE MATERIAL COM PROCEDIMENTO CONEXO JÁ EM TRAMITAÇÃO (INQUÉRITO CIVIL Nº 000189-509/2018). TRASLADO DAS PEÇAS ESSENCIAIS. PERDA SUPERVENIENTE DA AUTONOMIA INVESTIGATIVA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO FEITO AUTÔNOMO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

2. SIMP 000655-008/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Yara Vilma Lima Oliveira, ISRAEL MORAES SILVA, ELYANE BARROSO GOMES, VALDIMARO COSTA DOS SANTOS

Requerido(s): MUNICÍPIO DE PINDARÉ-MIRIM-MA

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. PROCESSO SIMP Nº 000655-008/2023. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. OMISSÃO MUNICIPAL. BAIRRO RESIDENCIAL PINDARÉ. AUSÊNCIA DE POSTO DE SAÚDE. CONDIÇÕES PRECÁRIAS DA PRÉ-ESCOLA AMOR DE MÃE. PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS. QUADRA POLIESPORTIVA ABANDONADA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. DILIGÊNCIAS EXTRAJUDICIAIS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. REFORMA DA PRÉ ESCOLA COMPROVADA POR VISTORIA. AJUIZAMENTO DE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS. SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL PARCIAL. EXAURIMENTO DA ATIVIDADE INVESTIGATÓRIA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





3. SIMP 001334-509/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): MARCOS AURELIO OLIVEIRA TOURINHO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 001334-509/2019. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. POSSÍVEL OCUPAÇÃO IRREGULAR DE TERRENO DE DOMÍNIO PÚBLICO. NOTÍCIA DE FATO ORIUNDA DA OUVIDORIA. INSTRUÇÃO PROCEDIMENTAL. MANIFESTAÇÃO DO INVESTIGADO. JUNTADA DE ELEMENTOS DOCUMENTAIS. AUSÊNCIA DE PROVA SEGURA QUANTO À PARTICIPAÇÃO DO NOTICIADO NA ORIGEM DA SUPOSTA IRREGULARIDADE. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL EM MOMENTO POSTERIOR, EM TESE DE BOA-FÉ. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE DOLO ESPECÍFICO, ENRIQUECIMENTO ILÍCITO OU DANO AO ERÁRIO. ESVAZIAMENTO DO OBJETO INVESTIGATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

4. SIMP 001640-506/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): João Sergio Pinto dos Reis

Requerido(s): PAULO LUÍS ARAÚJO PEREIRA, CHOPERIA DO MISTER

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. SIMP Nº 001640-506/2022. MEIO AMBIENTE E ORDEM URBANÍSTICA. NOTÍCIA DE FATO. PERTURBAÇÃO AO SOSSEGO ALHEIO. FUNCIONAMENTO DE BAR EM ZONA RESIDENCIAL. DILIGÊNCIAS JUNTO À SEMMAM, SEMREC E AUTORIDADE POLICIAL. FISCALIZAÇÃO IN LOCO. EMBARGO ADMINISTRATIVO DE EQUIPAMENTO SONORO. REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO. OBTENÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO. CESSAÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA CONSTATADA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REDISTRIBUIÇÃO POR INCOMPETÊNCIA SUPERVENIENTE. AUSÊNCIA DE RECURSO DO NOTICIANTE. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

5. SIMP 001712-026/2017 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO DA COMARCA DE CURURUPU

Requerido(s): ARLON DOS SANTOS LIMA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 001712-026/2017 - NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIAS. POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO. INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017 DO MUNICÍPIO DE CURURUPU/MA, EM TESE CARACTERIZADORAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS PELO ÓRGÃO DE BASE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA (ART. 23, I, DA LEI Nº 8.429/1992). EQUÍVOCO NO CÔMPUTO DO PRAZO PRESCRICIONAL - INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DO TÉRMINO DO MANDATO (31/12/2020), E NÃO DA DATA DOS FATOS (2017). CONDUTAS NÃO PRESCRITAS. IRREGULARIDADES CONCRETAS APURADAS NO CERTAME. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO SUFICIENTE PARA SUSTENTAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE À LUZ DA LEI Nº 14.230/2021. EXTRAÇÃO DE CÓPIAS PARA APURAÇÃO CRIMINAL (ART. 1º, I, DO DECRETO-LEI Nº 201/1967 E ART. 90 DA LEI Nº 8.666/1993). HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





6. SIMP 007079-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. SIMP Nº 007079-500/2025. EDUCAÇÃO INFANTIL. INSPEÇÃO TÉCNICA NA UEB MONTEIRO LOBATO - INFANTIL. CONSTATAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DE MOBILIÁRIO. ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO ÓRGÃO DE ORIGEM. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS, REITERAÇÃO, REUNIÃO RESOLUTIVA, RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 14/2025 E TAC Nº 01/2026. CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS MEDIDAS EXIGIDAS. ENTREGA DOS BENS PELA SEMED. CERTIFICAÇÃO DOCUMENTADA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

7. SIMP 007159-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Município de Pastos Bons - MA, A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 007159-509/2025. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. PAGAMENTO INDEVIDO DE GRATIFICAÇÃO PROPTER LABOREM (INCENTIVO DE SALA DE AULA - 2%) A SERVIDORES DO MAGISTÉRIO DE PASTOS BONS/MA EM FUNÇÕES FORA DA DOCÊNCIA. CONFLITO NORMATIVO ENTRE AS LEIS MUNICIPAIS Nº 231/2010 E Nº 406/2020. PREVALÊNCIA DA NORMA NOVA E ESPECÍFICA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 10008/2025-PJPAB. ACATAMENTO PELO MUNICÍPIO. SUPRESSÃO DOCUMENTADA DAS RUBRICAS IRREGULARES. INOCORRÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DOS SERVIDORES. APLICAÇÃO DO TEMA 531/STJ. CESSAÇÃO DA ILEGALIDADE. EXAURIMENTO DO OBJETO INVESTIGATÓRIO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

8. SIMP 023482-500/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - MA

Requerido(s): PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 023482-500/2022. APURAÇÃO DE FALHAS DE TRANSPARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DE DADOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE SÃO LUÍS. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS E JUNTADA DE RELATÓRIOS TÉCNICOS E DE AUDITORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL PARA ADEQUAÇÃO ADMINISTRATIVA E CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. EXAURIMENTO DA FINALIDADE INVESTIGATIVA. PROSSEGUIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE MONITORAMENTO. OBSERVÂNCIA LEGAIS. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





CONSELHEIRO JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO

1. SIMP 000142-509/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE MATA ROMA

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de denúncia encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público, noticiando supostas irregularidades no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 09/2020, promovido pelo Município de Mata Roma, para a aquisição de materiais hospitalares e medicamentos. Constatação, após diversas diligências, de ausência de cópia integral do procedimento referenciado, o que impossibilita a verificação técnica de eventual sobrepreço, direcionamento ou fraude. Promoção de arquivamento. Consumação do prazo prescricional quinquenal. Ausência de elementos probatórios mínimos que demonstrem a má-fé ou o dolo específico exigido pela Lei nº 14.230/2021 para a configuração de ato de improbidade administrativa. Falta de justa causa para a manutenção do procedimento.. Arquivamento homologado.

2. SIMP 000896-272/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): IOLANDA TEIXEIRA SERRA, FREDERICO ARAUJO LOBATO, AUGUSTO CESAR MIRANDA RODRIGUES, PATRICIA HELENA RAMOS DA COSTA OLIVEIRA, JOAO LUCIANO SILVA SOARES, MUNICÍPIO DE PINHEIRO - MA

Ementa: INQUÉRITOS CIVIS. APURAR POSSÍVEIS ATOS ATENTATÓRIOS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E À MORALIDADE ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO, ESPECIFICAMENTE A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS NO FIM DO EXERCÍCIO DE 2024 SEM LASTRO FINANCEIRO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESNECESSIDADE DE CONTINUAÇÃO. CIÊNCIA DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO - ENUNCIADO CSMP Nº 11/2022..

3. SIMP 005887-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): JOSAFÁ DA SILVA DE SOUSA

Ementa: Inquérito Civil. Procedimento instaurado a partir de manifestação anônima registrada junto à Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, noticiando supostas irregularidades funcionais praticadas por Josafá da Silva de Sousa, servidor ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Centro de Ensino Professora Maria Anita Oliveira Nepomuceno, em Jenipapo dos Vieiras, consistentes no descumprimento da jornada regulamentar de 8 horas diárias, ausência habitual no desempenho de suas funções, o que acarretaria sobrecarga aos demais funcionários da unidade escolar. Constatação, após diligência, da regularidade do vínculo funcional e da assiduidade no exercício das atividades laborais no local de trabalho, inclusive mediante inspeção in loco, sem aviso prévio. Comprovação da inexistência de dano ao erário ou dolo específico. Exaurimento do objeto investigado. Ausência de justa causa para o prosseguimento ou ajuizamento de ação civil pública por improbidade administrativa. Arquivamento homologado.





4. SIMP 025931-500/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, João Santos Gonçalves

Requerido(s): Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Ementa: Inquérito Civil. Instauração a partir de demanda apresentada em audiência pública de coleta de demandas (conforme relato registrado na ATA-56ªPJESPSLS7PD - 122024) realizada em 3 de abril de 2024, na qual o presidente da União de Moradores, João Santos Gonçalves, reclamou dos transtornos e da insegurança ocasionados pela ausência de iluminação pública na comunidade de São Bruno, bairro Tinaí, zona rural de São Luís. Atuação resolutive do Parquet mediante reuniões e expedição de Recomendação Administrativa à SEMOSP. Inclusão da comunidade no programa municipal "São Luís no LED/2025". Relatório de diligência técnica in loco confirmando a substituição das luminárias antigas por tecnologia LED e o pleno funcionamento do serviço em toda a extensão da localidade. Modificação do cenário fático com o atendimento integral da demanda ministerial. Exaurimento do objeto do feito. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da apuração ou ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado.

5. SIMP 038245-500/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE - SMTT, CERRO CONSTRUÇÕES E SINALIZAÇÃO LTDA

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada por meio do DESPACHO-33ªPJESPSLS - 402022, com o fim de apurar eventuais irregularidades na formalização do Contrato nº 018/2022 (Processo Administrativo nº 050.56139/2022), celebrado entre a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes de São Luís (SMTT) e a empresa Cerro Construções e Sinalização Ltda., mediante dispensa de licitação (em caráter emergencial), tendo como objeto a implantação, fornecimento e manutenção dos serviços de sinalização vertical, horizontal e semaforica no Município de São Luís. Pareceres técnicos da Assessoria Técnica (ASTEC) e da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) da Procuradoria Geral de Justiça, que apontaram deficiências de planejamento e falhas formais na justificativa da dispensa. Análise exauriente da documentação que demonstra a ausência de dolo específico de lesar a administração ou gerar enriquecimento ilícito. Controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (Decisão PL-TCE nº 1019/2024), através da expedição de recomendações. Inexistência de dano ao erário. Não configuração de ato de improbidade administrativa sob a ótica da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021. Cumprimento da finalidade do feito. Falta de justa causa para a manutenção do procedimento e ausência de elementos para embasar a propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

CONSELHEIRA REGINA MARIA DA COSTA LEITE

1. SIMP 000146-047/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Câmara Municipal de Turiaçu

Requerido(s): EDESIO JOAO CAVALCANTI

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000146-047/2023. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL DE TURIAÇU, EDÉSIO JOÃO CAVALCANTI, POR NÃO REPASSE INTEGRAL DAS PARCELAS





DO DUODÉCIMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ABSORÇÃO DO OBJETO DO PRESENTE PROCEDIMENTO PELA DEMANDA JUDICIAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS A SEREM ADOTADAS NO ÂMBITO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPM

2. SIMP 002969-506/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CREONIS VAZ FREIRE

Requerido(s): MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 002969-506/2022. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. EXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA ESPECÍFICA. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE DESVIO DE FINALIDADE, LESÃO AO ERÁRIO OU ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

3. SIMP 004671-254/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): FABRICIO SOUSA MARTINS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 004671-254/2025. INSTAURADO PARA APURAR E ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL VIVENCIADA PELA MENOR R. E. D. C. L., FISCALIZANDO A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO APLICADAS, O AFASTAMENTO IMEDIATO DO SUPOSTO AGRESSOR DO CONVÍVIO DOMÉSTICO, A REGULARIDADE DO ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO E A ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL À FAMÍLIA, ANTE OS INDÍCIOS DE NEGLIGÊNCIA MATERNA E REITERAÇÃO DE CONDUTAS DE RISCO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. ATUAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO. ACOMPANHAMENTO PELO CONSELHO TUTELAR E PELO CRAS. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NA ESFERA CRIMINAL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMPETENTE. MITIGAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO. EXAURIMENTO DAS MEDIDAS CABÍVEIS NO ÂMBITO CÍVEL E PROTETIVO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS A JUSTIFICAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

4. SIMP 009668-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 009668-500/2025. INSTAURADO PARA ACOMPANHAR POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO, ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À INFRAESTRUTURA DA UEB DOM JOSÉ MEDEIROS DELGADO, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED). DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CELEBRAÇÃO DE TAC. SOLUÇÃO DA DEMANDA. PERDA SUPERVENIENTE





DO OBJETO. ARQUIVAMENTO PROMOVIDO NA ORIGEM. PROCEDIMENTO INSTAURADO COM FUNDAMENTO NO ART. 8º, II, DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CNMP. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO SUPERIOR. CONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM, NOS TERMOS DO ART. 12 DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CNMP.

CONSELHEIRA MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO

1. SIMP 000015-256/2015 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Irismar Menezes Silva

Requerido(s): MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL

MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA. PRECARIIDADE ESTRUTURAL, INSUFICIÊNCIA DE

EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS E RISCO DE DESMORONAMENTO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS.

INAUGURAÇÃO DE NOVA UNIDADE HOSPITALAR. INSPEÇÕES MINISTERIAIS QUE ATESTARAM A ADEQUAÇÃO DA

ESTRUTURA FÍSICA, DOS EQUIPAMENTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS. RESOLUÇÃO DA DEMANDA.

EXAURIMENTO DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. HOMOLOGAÇÃO

DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO

Nº 09/2019-CSMP/MPMA.

2. SIMP 000362-262/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MAGNO AUGUSTO BACELAR NUNES

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL

MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA. PRECARIIDADE ESTRUTURAL, INSUFICIÊNCIA DE

EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS E RISCO DE DESMORONAMENTO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS.

INAUGURAÇÃO DE NOVA UNIDADE HOSPITALAR. INSPEÇÕES MINISTERIAIS QUE ATESTARAM A ADEQUAÇÃO DA

ESTRUTURA FÍSICA, DOS EQUIPAMENTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS. RESOLUÇÃO DA DEMANDA.

EXAURIMENTO DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. HOMOLOGAÇÃO

DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO

Nº 09/2019-CSMP/MPMA.





3. SIMP 000366-051/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): A Sociedade

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000366-051/2024 INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS REALIZADAS PELO MUICÍPIO DE TURILÂNDIA JUNTO À EMPRESA POSTO TURI EIRELI-ME. INSTAURAÇÃO DE VÁRIOS INQUÉRITOS CIVIS AUTÔNOMOS CONTRA A MESMA EMPRESA INVESTIGADA E MESMO ENTE CONTRATANTE E O MESMO OBJETO FÁTICO, COM VARIAÇÃO APENAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO FORMAL DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL E DE SEUS CONGÊNERES PARA PROMOÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO INVESTIGATIVA, COM TRANSLADO INTEGRAL DAS PROVAS E MÍDIAS JÁ PRODUZIDAS PARA O ÚNICO PROCEDIMENTO MATRIZ. PROVIDÊNCIA VISANDO EVITAR O RISCO DE DUPLICIDADE INSTRUTÓRIA, DISPERSÃO DE ESFORÇOS E POSSIBILIDADE DE DECISÕES CONFLITANTES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL VERIFICADA. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019-CSMP.

4. SIMP 000406-285/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): 1º DISTRITO POLICIAL DE CODÓ, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): O Estado do Maranhão

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000406-285/2024. DIREITO ADMINISTRATIVO E SEGURANÇA PÚBLICA. IML DE COROATÁ/MA. DIFICULDADES OPERACIONAIS EM PERÍCIAS CRIMINAIS INVESTIGAÇÃO QUE CONFIRMOU EPISÓDIO PONTUAL DECORRENTE DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL. SERVIÇO NORMALIZADO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO DOLOSA OU LESÃO A INTERESSE COLETIVO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI Nº 7.347/1985 E DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

5. SIMP 001068-284/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lagoa da Pedra-MA

Requerido(s): Câmara Municipal de Lagoa Grande do Maranhão

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 001068-284/2021. INSTAURADO PARA AVERIGUAR CONTRATO FIRMADO COM A EMPRESA ANTÔNIO DE OLIVEIRA VIEIRA, SOB DISPENSA DE





LICITAÇÃO COM O OBJETO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO/MA, COM DENÚNCIA DE QUE NÃO ESTARIA OCORRENDO A PRESTAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO CONTRATADO. A INSTRUÇÃO COMPROVA A EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E A OBSERVÂNCIA DO LIMITE DE VALOR LEGAL PARA A DISPENSA. PARECER TÉCNICO QUE APONTA FALHAS DE NATUREZA FORMAL, SEM INDÍCIO DE SOBREPREÇO, SUPERFATURAMENTO OU DANOS AO ERÁRIO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE DOLO OU MÁ-FÉ A CONFIGURAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DE RIGOR, PROMOVE-SE O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, ANTE A REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS E AUSÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS DE IMPROBIDADE OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP C/C ART. 107 §1º DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019-CSMP/MPMA

6. SIMP 001279-026/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Requerido(s): ROSARIA DE FATIMA CHAVES

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 E NA EXECUÇÃO DO RESPECTIVO CONTRATO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE CURURUPU.

ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A DEMONSTRAR DOLO ESPECÍFICO OU DANO AO ERÁRIO.

NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 E DA TESE FIXADA PELO STF NO TEMA 1.199. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS





DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº
23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA
RESOLUÇÃO Nº 09/2019-
CSMP/MPMA.

7. SIMP 001650-278/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): KATYANE RIVONE DE ALBUQUERQUE LEITE

Requerido(s): MUNICIPIO DE PEDREIRAS

Ementa: EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (TP

013/2021). CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE PEDREIRAS DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS

VICINAIS. ANÁLISE TÉCNICA QUE APONTOU IRREGULARIDADES MERAMENTE FORMAIS. EXECUÇÃO

FINANCEIRA REGULAR E VINCULADA A CONVÊNIO FEDERAL. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO OU MÁ-FÉ. FALTA

DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

HOMOLOGAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO 23/2007 E ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019-CSMP.

8. SIMP 001955-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 001955-500/2025. DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO. DESCARTE IRREGULAR DE

RESÍDUOS E QUEIMADAS EM TERRENO PARTICULAR (SÃO LUÍS/MA). JUDICIALIZAÇÃO DA MATÉRIA. AÇÃO DE

REINTEGRAÇÃO DE POSSE E REURBANIZAÇÃO EM TRÂMITE NA VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

(PROCESSO Nº 0851417-29.2025.8.10.0001). DESNECESSIDADE DE INVESTIGAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E DO ART.

107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019 DO CSMP-MA.

9. SIMP 002762-276/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru Mirim

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 002762-276/2018. PATRIMÔNIO PÚBLICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES DE ITAPECURU-MIRIM/MA. DECURSO DO PRAZO

INVESTIGATÓRIO SEM PRORROGAÇÃO FORMAL. NATUREZA PEREMPTÓRIA (ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 14.230/2021





E RESP Nº 2.181.090/DF DO STJ). NULIDADE DAS PROVAS SUPERVENIENTES. INSUFICIENTE PARA ATESTAR DOLO ESPECÍFICO E MATERIALIDADE DE DANO. INVIABILIDADE DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E DO ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019 DO CSMP-MA.

10. SIMP 003091-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): SOLANGE LEITE E SOUSA DE ALCANTARA

Ementa: EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE SUPOSTA SERVIDORA FANTASMA COM LOTAÇÃO NA

POLÍCIA CIVIL NO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/MA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DE DOLO EXIGIDO PELA LEI Nº 8.429/92. PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO NA ORIGEM. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL VERIFICADA.

HOMOLOGAÇÃO, NOS

TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019-CSMP.

11. SIMP 005539-509/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO-MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 005539-509/2023. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APURAÇÃO DE

SUPOSTO INADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS (FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO) A

SERVIDORES COMISSIONADOS DO MUNICÍPIO DE ESTREITO. DIREITOS DE NATUREZA INDIVIDUAL, DISPONÍVEL

E DIVISÍVEL. AUSÊNCIA DE INTERESSE TRANSINDIVIDUAL, DIFUSO OU COLETIVO.

EXAURIMENTO DOS MEIOS

EXTRAJUDICIAIS NO ÂMBITO MINISTERIAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP.

HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI Nº 7.347/1985, DO ART. 10 DA

RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E DO ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019 DO CSMP-MA.

12. SIMP 008797-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MEDIMAGEM DIAGNOSTICOS LTDA

Requerido(s): a apurar

Ementa: INQUÉRITO CIVIL Nº 008797-509/2025. APURAÇÃO DE POSSÍVEIS

IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO

LICITATÓRIO DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO MÉDICO





POR IMAGEM. RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE TRANSFERIDOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NAS RUBRICAS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE. INTERESSE FEDERAL CONFIGURADO. POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E MALVERSAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ART. 109, I E IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. REMESSA DOS AUTOS AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO PARA HOMOLOGAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 9º-A, DA RESOLUÇÃO N. 23/2007 DO CNMP.

13. SIMP 038601-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Evellyn Raissa Rodrigues Santos

Requerido(s): empresa Agropecuária Pavão

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 038601-500/2025. DIREITO AMBIENTAL. POLUIÇÃO SONORA E ATMOSFÉRICA (FÁBRICA DE RAÇÕES EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA). CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC Nº 2/2026). PACTUAÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E DESMOBILIZAÇÃO DEFINITIVA DA PLANTA EM 180 DIAS. ACOMPANHAMENTO VIA PROCEDIMENTO AUTÔNOMO. RESOLUÇÃO CONSENSUAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E DO ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019 DO CSMP-MA.

CONSELHEIRO FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

1. SIMP 000088-066/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Lonilde silva de Sousa Menezes E Vanuza Martins Da silva

Requerido(s): Prefeitura de Paulo Ramos

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR POSSÍVEL UTILIZAÇÃO DE VERBAS PÚBLICAS NA CONTRATAÇÃO DE ARTISTA E TRIO ELÉTRICO PARA BLOCO CARNAVALESCO PARTICULAR. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS DE USO DE RECURSOS DO ERÁRIO. PATROCÍNIOS PRIVADOS E DE TERCEIROS COMPROVADOS MEDIANTE OITIVA DA RESPONSÁVEL DO BLOCO. INEXISTÊNCIA DE CONFUSÃO ENTRE INTERESSE PÚBLICO E PARTICULAR. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.





2. SIMP 000606-275/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto

Requerido(s): GRUPO JOÃO SANTOS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTO DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. POVOADO JABARÁ, COELHO NETO/MA. GRUPO JOÃO SANTOS. REALIZAÇÃO DE VISTORIAS E PERÍCIAS PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS. CONSTATAÇÃO DE CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS E RECUPERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL. ESTÁGIO AVANÇADO DE REGENERAÇÃO NATURAL. IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

3. SIMP 001072-036/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Aluísio Carneiro Filho

Requerido(s): Raimundo Jovita de Arruda Bonfim

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS "FUNDO A FUNDO" NA ÁREA DA SAÚDE. MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS. ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ESTADUAL. REGULARIDADE FORMAL E MATERIAL DEMONSTRADA. APROVAÇÃO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU DANO AO ERÁRIO. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. DECURSO DO TEMPO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CNMP E ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85.

4. SIMP 002790-259/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ANTÔNIO JOAQUIM ARAÚJO NETO, RAIMUNDO LEONEL MAGALHAES ARAUJO FILHO, VALDECI CALIXTO DA SILVA FILHO, EVIMAR JEAN COSTA BARBOSA, ILTAMAR MUNIZ, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): JOSÉ FRANCISCO LIMA NERES, GPA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONTRATO Nº 20210399, FIRMADO PELO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA MEDIANTE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. MESMOS FATOS APURADOS NA ESFERA CRIMINAL (PIC SIMP 052141-750/2022). ARQUIVAMENTO RECONHECIDO PELA AUSÊNCIA DE DOLO E INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. LEI Nº 14.230/2021. EXIGÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO E DANO EFETIVO PARA CONFIGURAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE DANO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ AFASTANDO A PRESUNÇÃO DE DANO (RESP N. 1.929.685/TO). ATIPICIDADE DA CONDUTA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.





5. SIMP 002884-507/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ANONIMO

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E SUPOSTA NEGLIGÊNCIA FAMILIAR CONTRA PESSOA IDOSA. ATENDIMENTO E ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELOS ÓRGÃOS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. INCLUSÃO DA IDOSA E DA FAMÍLIA NO PROGRAMA PAEFI/CREAS. ACIONAMENTO DA ESFERA CRIMINAL E ABERTURA DE VERIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DE INFORMAÇÃO (VPI) PELA AUTORIDADE POLICIAL. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS CÍVEIS. ALCANCE DO OBJETO DO PROCEDIMENTO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA. ART. 10 DO ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 05/2014 - GPGJ/CGMP.

6. SIMP 005679-254/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FAMILIAR DE CRIANÇA. NOTÍCIA DE SUPOSTA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA ARTICULAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO. REGULARIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO SOCIOASSISTENCIAL PELO CREAS. INSERÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR NO PAEFI. AFASTAMENTO DA VÍTIMA DO SUPOSTO OFENSOR. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA PARA REALIZAÇÃO DE DEPOIMENTO ESPECIAL. PROCEDIMENTO INFRACIONAL EM TRÂMITE NA ESFERA POLICIAL. ALCANCE DAS MEDIDAS PROTETIVAS E ESGOTAMENTO DO OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 9º DA LEI Nº 7.347/1985 E DO ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

7. SIMP 006670-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): a apurar

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR POSSÍVEL ABANDONO DE CARGO PÚBLICO E INCONSISTÊNCIAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. SERVIDOR OZIVAN DINIZ DE SOUSA. EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DESIGNAÇÃO COMO AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO, REMUNERAÇÃO ÚNICA E EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA EXTERNA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. ALCANCE DO OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.





8. SIMP 014562-500/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): 14ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Requerido(s): O Estado do Maranhão

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO MARANHÃO (CLÍNICA SORRIR). CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES. APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE INTERVENÇÕES PELOS ÓRGÃOS GESTORES. NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E OBRA PÚBLICA. ESGOTAMENTO DA FASE INVESTIGATIVA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ARTS. 8º E 10 DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CNMP.

CONSELHEIRA RITA DE CASSIA MAIA BAPTISTA

1. SIMP 000943-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): A APURAR

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de manifestação anônima encaminhada à Ouvidoria, noticiando suposta prática de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim (nomeação de parentes e cônjuges de autoridades públicas para cargos em comissão). Promoção de arquivamento. Constatação, após diligências, de que a Administração Municipal promoveu a exoneração voluntária das servidoras indicadas na denúncia e apresentou a relação completa e atualizada dos ocupantes de cargos comissionados, não sendo identificadas novas irregularidades. Cumprimento da finalidade do feito. Perda superveniente do objeto. Falta de justa causa para a propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

2. SIMP 001354-507/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): WASHINGTON LUIS ALVES DA SILVA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de representação noticiando suposto desmatamento irregular de extensa área verde e risco de aterramento de área alagável na região do Rio Paciência, em Paço do Lumiar, para a construção de empreendimento imobiliário. Promoção de arquivamento. Diligências que atestaram a regularidade do licenciamento ambiental do condomínio "Wynn Residence". Apresentação de Licença Prévia, Licença de Instalação e Autorizações de Supressão Vegetal e Limpeza de Área pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMAP). Presunção de legalidade e veracidade dos atos administrativos. Esgotamento das vias investigativas sem a configuração de dano ambiental não mitigado ou ilegalidade flagrante. Ausência de justa causa para a propositura de Ação Civil Pública. Inexistência de novos elementos probatórios. Arquivamento homologado.





3. SIMP 002144-259/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): Francisco Emílio Matos Júnior

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de Notícia de Fato, que tinha como objeto com objetivo a apuração de conduta omissiva atribuída ao ex-Diretor Clínico do Hospital Geral Municipal de Codó (HGM), Francisco Emílio Matos Júnior, consistente no reiterado descumprimento de requisições de informações (Ofícios nº 301/2021 e nº 321/2021) feitas pelo Ministério Público Estadual. Promoção de arquivamento. Atuação resolutive do Parquet por meio da Recomendação nº 22/2022. Acatamento da recomendação pela gestão atual do nosocômio e adequação dos fluxos informativos. Exaurimento do objeto do feito. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da apuração ou ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado.

4. SIMP 003370-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de denúncia anônima encaminhada à Ouvidoria-Geral do Ministério Público, noticiando supostas irregularidades na contratação do escritório Franco de Carvalho Sociedade Individual de Advocacia pelo Município de João Lisboa, formalizada por meio da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025. Parecer Técnico da Assessoria da Procuradoria Geral de Justiça indicando inconsistências formais na instrução do certame. Constatação, após diligências, de que não ficou configurado dolo na conduta dos agentes envolvidos, tampouco prejuízo ao erário. Execução parcial do contrato com efetiva prestação dos serviços e posterior realização de distrato preventivo pelo ente municipal, em sede de autotutela. Inexistência de vínculo de parentesco entre a contratada e os agentes públicos. Cumprimento da finalidade do feito. Falta de justa causa para manutenção do procedimento. Ausência de elementos que demonstrem lesão a interesses difusos a embasar a propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado

5. SIMP 003888-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, UNIMED TERESINA

Requerido(s): ETI (ESPAÇO TERAPÊUTICO INTEGRADO)

Ementa: Notícia de Fato. Instauração iniciada a partir de manifestação formulada pela UNIMED Teresina junto à Ouvidoria do Ministério Público, na qual foram noticiadas supostas irregularidades na prestação de serviços de saúde pelo estabelecimento ETI (Espaço Terapêutico Integrado), diante de indícios de simulação de atendimentos individualizados, com registros de frequência e assinaturas atribuídas simultaneamente a profissionais que estariam em cidades distintas, notadamente Presidente Dutra/MA e Teresina/PI. Promoção de arquivamento. Constatação, após diligências, de ausência de comprovação material das irregularidades. Recebimento de relatórios e informações dos Conselhos Regionais de classe (CREFONO, CRP e CREFITO) atestando, em suas respectivas instâncias fiscalizatórias, que a situação de fraude noticiada não restou comprovada. Encaminhamentos à autoridade policial. Apresentação de defesa da empresa representada rechaçando as acusações. Cumprimento da finalidade do feito. Falta de justa causa. Inexistência de elementos probatórios que demonstrem lesão a interesses difusos a embasar propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado





6. SIMP 004160-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Município de São Pedro dos Crentes

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de manifestação registrada na Ouvidoria do Ministério Público Estadual, noticiando suposta fraude documental e favorecimento ilícito na Concorrência Eletrônica nº 003/2025, realizada pelo Município de São Pedro dos Crentes. Promoção de arquivamento. Suposto anacronismo no Termo de Abertura do Livro Diário da empresa vencedora. Instrução ministerial que colheu depoimentos do contador e da proprietária da empresa. Justificativa de erro material no sistema de preenchimento de datas. Parecer Técnico da PGJ que, embora tenha apontado irregularidade administrativa, não confirmou a falsidade material dolosa voltada para fraudar o certame. Parentesco isolado entre a proprietária e o Prefeito Municipal incapaz de, por si só, tipificar improbidade administrativa ou crime licitatório, ante a inexistência de prova de ingerência direta. Ausência de elementos que evidenciem dolo específico ou lesão efetiva ao erário, nos termos da Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da apuração ou ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado

7. SIMP 031341-500/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MA

Requerido(s): MUNICIPIO DE SATUBINHA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SATUBINHA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PRETÉRITA SOBRE OS MESMOS FATOS. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE CONTINUAÇÃO DO FATO. CONHECIMENTO E CIÊNCIA DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO CSMP N° 11/2022.

CONSELHEIRO PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA

1. SIMP 000172-055/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CLEBER RIBEIRO SILVA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE CAPINZAL DO NORTE

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CERTAME LICITATÓRIO (PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2022). EVENTO FESTIVO "LAVA PRATO". PARECER TÉCNICO DA ASSESSORIA ESPECIAL (ASTEC). CONSTATAÇÃO DE VÍCIOS MERAMENTE FORMAIS E PROCEDIMENTAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO, MÁ-FÉ OU LESIVIDADE EFETIVA AO ERÁRIO. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O MANEJO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





2. SIMP 001025-272/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICÍPIO DE PINHEIRO - MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTA MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS. INADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS (FGTS E INSS). VERBAS DE NATUREZA E INTERESSE DA UNIÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 109, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 209 DO STJ. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECLÍNIO FORMALIZADO EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

3. SIMP 001430-256/2015 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MARIA DO SANTO DE MORAES SOUSA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

Ementa:

INQUÉRITO CIVIL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES SEM CONCURSO PÚBLICO. MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO, COM AFASTAMENTO PARCIAL DOS FUNDAMENTOS. PRESCRIÇÃO NÃO RECONHECIDA. AUSENTE O ELEMENTO SUBJETIVO (DOLO) NECESSÁRIO À CONFIGURAÇÃO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO EM 2022. ARQUIVAMENTO QUE SE IMPÕE. REMESSA AO CONSELHO SUPERIOR PARA HOMOLOGAÇÃO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO, POR OUTROS FUNDAMENTOS.

4. SIMP 001830-509/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Requerido(s): CARLOS IVAN GATINHO CASTRO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO. APURAÇÃO DE SUPOSTA DESTRUIÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E OCUPAÇÃO IRREGULAR. INTERVENÇÃO CONCRETA DO PODER DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO. PARALISAÇÃO DO AVANÇO DA DEGRADAÇÃO COMPROVADA TÉCNICAMENTE. AUSÊNCIA DE NOVAS TURBAÇÕES. FISCALIZAÇÃO CONTÍNUA COMO DEVER INERENTE DO PODER EXECUTIVO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

5. SIMP 002292-255/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JOÃO GABRIEL SOUSA SAMPAIO PINTO, BRENDA SOUSA SAMPAIO

Requerido(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AÇAILÂNDIA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO À EDUCAÇÃO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E TDAH. PLEITO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR). DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS REALIZADAS. MUDANÇA DE





DOMICÍLIO DO MENOR PARA CIDADE INTEGRANTE DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. CESSAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO TERRITORIAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

CONSELHEIRO HAROLDO PAIVA DE BRITO

1. SIMP 000222-074/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ANTENOR BATISTA DA SILVA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE PARNARAMA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). DENÚNCIA DE AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE EM EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA. COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PUBLICITÁRIA PELO MUNICÍPIO. VEICULAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL. PROPOSTA DO NOTICIANTE APRESENTADA FORA DO PRAZO LEGAL. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EXAURIMENTO DO OBJETO INVESTIGATÓRIO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

2. SIMP 000730-507/2014 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JOSÉ ALDO MEDEIROS SOUSA

Requerido(s): MARCEL VIEIRA DE SOUZA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO AMBIENTAL. DENÚNCIA DE REPRESAMENTO DE RIO E PISCICULTURA EM APP. RIO SALINAS, PAÇO DO LUMIAR. LAUDOS DA SEMA, SEMAP E UEMA. CONSTATAÇÃO DE REMOÇÃO DA BARRAGEM E RETOMADA DO CURSO NATURAL. TANQUES DESATIVADOS E REGENERAÇÃO DA VEGETAÇÃO. REVERSIBILIDADE DOS DANOS AMBIENTAIS COMPROVADA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RESOLUTIVIDADE EXTRAJUDICIAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

3. SIMP 001598-262/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SAÚDE PÚBLICA. ÓBITO POR RAIVA HUMANA. FALHA NO ATENDIMENTO (ERRO MÉDICO). REPARAÇÃO CÍVEL INDIVIDUAL JÁ SATISFEITA NA VIA JUDICIAL COM SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA POR AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO (ART. 1º, §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 8.429/92). ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





4. SIMP 005223-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Alberto Soares

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), GIZELLI SANTOS LOURENCO COUTINHO

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SUPOSTA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA SEM CONTRAPRESTAÇÃO LABORAL. INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. EXONERAÇÃO EXCLUSIVA DE CARGO EM COMISSÃO. COMPROVAÇÃO DE EXERCÍCIO REGULAR E ININTERRUPTO EM OUTROS ÓRGÃOS E LOTAÇÕES. AUSÊNCIA DE LESÃO AO ERÁRIO OU DE DOLO ESPECÍFICO. SEARA EXTRAJUDICIAL RESOLUTIVA EXAURIDA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

5. SIMP 006549-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. PROFESSORA E SECRETÁRIA MUNICIPAL. CESSÃO SEM ÔNUS. INEXISTÊNCIA DE DUPLICIDADE REMUNERATÓRIA OU DANO AO ERÁRIO. REGULARIZAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO (LEI Nº 14.230/2021). PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RESOLUTIVIDADE ALCANÇADA PELA VIA EXTRAJUDICIAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

6. SIMP 008618-253/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): anônima

Requerido(s): A apurar

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CONFLITOS AGRÁRIOS. ALEGAÇÃO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA FALSA EM DEMANDA POSSESSÓRIA. AUTENTICIDADE E VALIDADE DO INSTRUMENTO CONFIRMADAS CABALMENTE PELO CARTÓRIO DE ORIGEM. LIDE JÁ JUDICIALIZADA PERANTE A VARA AGRÁRIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO NA ESFERA CÍVEL PROTETIVA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

7. SIMP 019800-500/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, SEAP-SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO DIFUSO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIO PÚBLICO. CENTRAL DE INQUÉRITOS E CUSTÓDIA DE SÃO LUÍS. CONTRATAÇÃO DE REFORMA E ADEQUAÇÃO ARQUITETÔNICA PELA SEAP E TJMA. VISTÓRIAS TÉCNICAS SUCESSIVAS (COEA/MPMA). CONSTATAÇÃO DE SANEAMENTO INTEGRAL DAS IRREGULARIDADES. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA NBR 9050:2020.





EXAURIMENTO DO OBJETO. RESOLUTIVIDADE ALCANÇADA NA VIA EXTRAJUDICIAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

8. SIMP 036092-500/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO À EDUCAÇÃO. CARÊNCIA DE PESSOAL DOCENTE NA UEB PROFESSOR NASCIMENTO DE MORAES. INTERVENÇÃO EXTRAJUDICIAL RESOLUTIVA. REGULARIZAÇÃO DO QUADRO DE PROFESSORES PELA SEMED. COMPROVAÇÃO MATERIAL NOS AUTOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RECORTE DO ESCOPO INVESTIGATÓRIO. OUTRAS DESCONFORMIDADES APURADAS EM FEITOS AUTÔNOMOS. EXAURIMENTO DA DEMANDA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

São Luís, 19 de junho de 2026
Secretaria dos Órgãos Colegiados

